



Rede de Economia Solidária: um estudo sobre as ações de desenvolvimento sustentável do Centro de Tecnologia Alternativa

Nilda dos Santos, Ms (IFMT- Instituto Federal de Mato Grosso)

Gleimíria Batista da Costa Matos, Dra (UNIR- Universidade Federal de Rondônia)

RESUMO

O desenvolvimento das redes solidárias tem se destacado na sua capacidade de construir conexões no âmbito local e tal fenômeno tem sido destaque no aumento do número de pesquisas relacionadas com o tema. O Centro de Tecnologia Alternativa- CTA é uma organização sem fim lucrativo que atua no desenvolvimento da agricultura familiar a partir do relacionamento em rede. A rede solidária atua a partir da interação existente entre os diversos atores que cooperam entre si com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Com base numa abordagem qualitativa por meio de pesquisa documental, este trabalho busca responder o seguinte questionamento: Quais as ações realizadas pelo CTA são voltadas para o desenvolvimento sustentável considerando as dimensões sociais, ambientais e econômicas? E como essas ações contribuem para o desenvolvimento dos agricultores. Os resultados demonstraram que as interações sociais possibilitaram o desenvolvimento de diversos projetos com escopo de desenvolvimento econômico para os agricultores, além de projetos de gestão ambiental e social. As parcerias firmadas com as organizações locais, agências de financiamento e poder público propiciou o fomento econômico na associação e o fortalecimento do associativismo e desenvolvimento local.

Palavra Chave: Redes. Rede solidária. Desenvolvimento sustentável. Agricultura familiar.



1. INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no contexto organizacional nos últimos anos têm propiciado o surgimento de novas formas de organização, no qual destaca-se ações de cooperação, interação, integração e ações conjuntas de modo geral. Autores como Castells (1999), Dupas (2000), Granovetter (1985) e na área da administração Balestrin & Vargas (2004), tem destacado a atuação em rede como uma forma organizacional adequada para os dias atuais dado a alta competitividade do ambiente, as evoluções tecnológicas e a necessidade de organizações mais flexíveis. Os estudos de Balestrin & Vargas (2004) ressaltam o aumento no número de pesquisas realizadas nos últimos anos com o tema “redes”.

A necessidade de alcançar os objetivos e desenvolver as atividades propostas faz com as organizações interajam com seu ambiente. Num cenário de movimentos e reivindicações sociais, as redes solidárias surgem como novo campo organizacional com o objetivo de desenvolver modelos alternativos ao modelo capitalista. Tal visão baseia-se na prevalência do trabalho igualitário sobre o capital, nas ações associativistas, na propriedade comum, na autogestão e na preservação do meio ambiente (KESSLER, 2008).

As redes de economia solidária se relacionam diretamente com a promoção do desenvolvimento sustentável a medida que suas atividades visam o respeito ao meio ambiente, respeito ao ser humano e busca por novos modos de produção que seja economicamente viável a todos os participantes (SINGER, 2004).

Diante do contexto de reivindicações e movimentos sociais, as organizações de agricultores surgem como uma alternativa viável para suprir as necessidades ou lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas ou mesmo como alternativa de política pública para o desenvolvimento local. Tal organização se apoia na base produtiva e através da interação em rede, busca promover práticas sustentáveis a partir das perspectivas ambientais, sociais e econômicas (NASCIMENTO, 2012; SCHERER-WARREN, 1996)

Nesse sentido, este trabalho busca analisar os relatórios de gestão das atividades desenvolvidas pelo Centro de Tecnologia Alternativa – CTA nos anos de 2015 e 2016 a partir da sua atuação enquanto rede solidária. O Centro de Tecnologia Alternativa - CTA é uma associação constituída no ano de 1992 como ferramenta de promoção da agricultura familiar na região do Vale do Guaporé. Quando da sua criação, o termo Agricultura Familiar-AF não era usual e para tanto, foi criado um movimento de união dos lavradores da região. A motivação inicial era uma alternativa ao modelo econômico excludente em prol de um compromisso em defesa de uma produção diversificada e economicamente inclusiva.



Atualmente o Centro de Tecnologia Alternativa-CTA atua na região sudoeste do estado de Mato Grosso e atende cerca 1200 famílias com prestação de serviços de assistência técnica, fomento a produção agroecológica e fomento a economia solidária. Em outras palavras, o Centro de Tecnologia Alternativo é caracterizado como rede social com princípios de econômica solidária cujo as ações visam promover o desenvolvimento regional por meio da participação e cooperação dos membros envolvidos num processo considerado como endogeneização (BARQUERO, 2001).

Com base neste contexto, a pesquisa parte do seguinte questionamento: Quais as ações realizadas pelas Centro de Tecnologia Alternativa – CTA são voltadas para o desenvolvimento considerando as dimensões sociais, ambientais e econômicas? De que forma as interações sociais e as ações do Centro de Tecnologia Alternativa contribuem para o desenvolvimento dos agricultores? A partir destas indagações, parte-se do pressuposto que aglomeração de agricultores e sua interação sob a forma organizacional de rede é um componente importante na geração de renda pelas famílias de agricultores familiares, entendendo a economia como constituinte das relações sociais (GRANOVETTER, 1985) e os laços de proximidade e solidariedade como mediadores das relações econômicas (DE FREITAS e DE FREITAS, 2015). Contudo, entende-se que a simples interação cria a oportunidade produtiva, é preciso que diversas ações sejam realizadas.

Para explanar estas indagações, este trabalho está dividido em cinco etapas sendo a introdução esta parte inicial, a segunda etapa que trata do referencial teórico com as abordagens acerca da concepção de redes de relacionamentos, redes solidárias e desenvolvimento sustentável e políticas públicas e redes solidárias. A terceira etapa do trabalho apresenta os aportes metodológicos utilizados para a pesquisa, seguido na quarta etapa pela apresentação e discussão dos resultados e por fins as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As redes de economia solidária compõem-se de grupos de atores representados por consumidores, produtores, prestadores de serviços, todos unidos em uma organização social. Para compreender como acontece o relacionamento em rede e como ocorre a atuação do Centro de Tecnologia Alternativa, este trabalho inicia inferindo sobre os conceitos de redes sociais de economia solidária e sua interação com o desenvolvimento local e em seguida apresenta-se a inter-relação entre o desenvolvimento sustentável e as redes solidárias.



2.1 Redes de Relacionamento para o Desenvolvimento

Para inferir sobre a atuação das associações de redes de economia solidária e as relações que estas mantêm com outras organizações é necessária uma reflexão teórica a partir de uma abordagem que nos possibilite visualizar a vida econômica dos indivíduos (neste caso, os agricultores familiares) enquanto peça constituinte primordial no enredo das relações sociais que permeia a sociedade, ou seja, a economia não deve ser visualizada como parte independente da vida social (POLANYI, 2000).

Essa inserção social das ações econômicas e a influência destas relações sociais nos resultados econômicos é observado a partir de um viés sociológico sob o cenário de formação de redes (GRANOVETTER, 1994). A discussão encontra-se base na nova sociologia econômica com importância considerável as relações sociais para o desenvolvimento de territórios (GRANOVETTER, 2003) e na análise de forças centrífugas e centrípetas dos espaços territoriais com base na teoria da nova geografia econômica (KRUGMAN, 1998). As ações econômicas encontram-se embutidas nas relações interpessoais (GRANOVETTER, 1985) sendo indissociável sua análise nos estudos acerca de redes sociais.

Scherer-Warren (1996), ressalta que a criação de redes vem sendo idealizadas como um formato organizacional democrático e participativo, onde predominam relações que se caracterizam pela não-centralidade e não-hierarquização do poder, abertas ao pluralismo de ideias e à diversidade cultural. Ainda segundo Scherer-Warren (2001) as diversas formas de associativismo e cooperação se caracterizam por modelos de ação coletiva, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns.

Tais fundamentos são necessários para embasar a análise sobre as ações das relações sociais de associações solidárias com seus agentes e parceiros locais. As relações sociais podem ser compreendidas como um “comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (Weber, 1991. p. 228). A forma de atuação e interação da rede entre os seus agentes são guiados e condicionados pelas relações estabelecidas, no qual projetam suas finalidades e meios para a obtenção dos objetivos.

As estruturas em redes são configurações de relacionamentos interorganizacionais e se configuram em diversos setores e todas as escalas de produção (AMATO, 2000; BALESTRIN & VARGAS, 2004). Para Fombrun (1997) o conceito de rede tem sido empregado para caracterizar um conjunto de fluxos seja de recursos, informações, pessoas ou firmas. Nesse sentido, o termo rede pode ser definido como conjunto de nós interconectados, ou numa perspectiva das ciências sociais como um conjunto de pessoas ou organizações interligadas

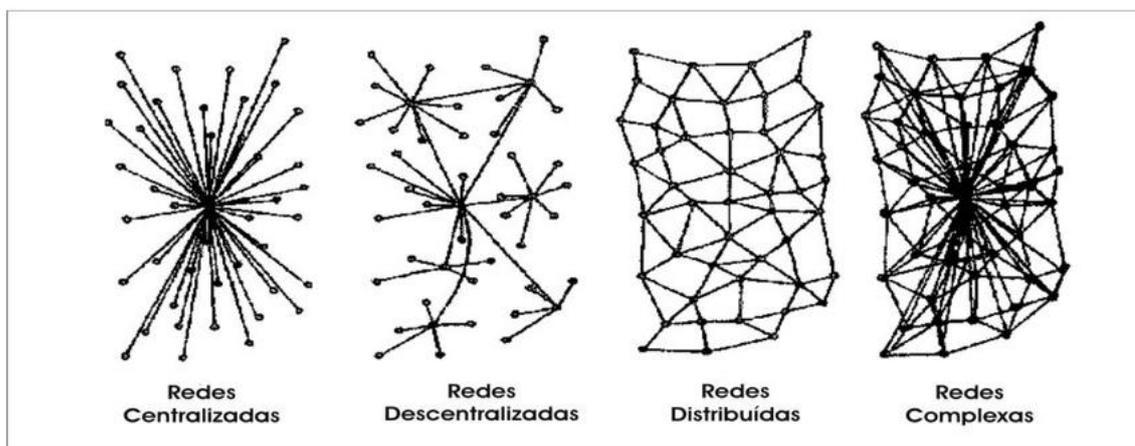
diretamente ou indiretamente (CASTELLS, 1997; FOMBRUN, 1997; MARCON e MOINET, 2000).

A amplitude do conceito de rede dá abertura para que o mesmo possa ser aplicado em diversas áreas do conhecimento. O conceito de rede social pode ser analisado como “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p. 72). Ernst (1994) sintetiza várias informações sobre a formação de redes na economia global e entre suas classificações ele define a “rede de produtores” como aquele grupo que abrange todos os produtores concorrentes unidos por meio de seus recursos disponíveis para ampliar sua capacidade produtiva. Tal fato nos dá a visão de que a rede se estabelece caracterizada pela sua horizontalidade e cooperação (COSTA et al, 2003).

No caso da associação em redes de economia solidária, os pressupostos teóricos são essenciais para compreender a formação e atuação dessas instituições que precisam definir estratégias de conservação das relações sociais e econômicas que sejam sustentáveis para subsidiar os agentes da base que na sua maioria são formados por famílias de poder econômico mais baixo. Esse esforço visa a valorização do potencial criativo e mobilizados das comunidades que são atendidas, como forma de superar os limites existentes.

As redes de economia solidária têm sido consolidadas como espaço para o fortalecimento dos processos produtivos e de comercialização integrando consumidores, produtores e prestadores de serviço numa mesma organização. Logo, as redes podem ser analisadas de diversas maneiras. Mance (2001) as classifica de acordo com as seguintes configurações, conforme Figura 1:

Figura 1: Configuração de Redes Solidárias



Fonte: Mance (2001)



Para Mance, as redes de economias solidárias podem ser classificadas como centralizadas, quando a informação segue em direção a um ponto central e depois é distribuída; descentralizada formando múltiplas ligações onde há diferentes grupos interagindo ou mesmo rede distribuída onde a informação corre de um ponto a outro, fazendo uma interligação mais complexa. Quanto maior a intensidade e extensão das redes, melhor será a integração do grupo e maior será seu crescimento.

As organizações de economia solidária possuem características funcionais na sua gestão e se propõe a articulação de estratégia de inovação das redes no desenvolvimento local.

Sob a ótica de redes associativistas ou redes de cooperação, Scherer-Warren (2001) as conceitua como modelos organizados de ação conjunta, elaboradas por sujeitos sociais em torno de objetivos comuns. A diversas formas de associativismo surgidos principalmente a partir da década de 1980, com base em movimentos sociais, tem-se transformado em estratégias alternativas as políticas públicas para o desenvolvimento regional e a permanência das pessoas no meio rural (KUNZLER, 2017).

A intensa interação das relações sociais sustenta os processos de mediação com os agentes na busca pela mudança de sua própria realidade. No caso das associações, as interações se constituem mergulhadas em redes sociais, as quais se mantem pela articulação, pelos laços de confiança existente e pela proximidade entre os agricultores e as organizações. Dessa forma, as propostas e os processos de desenvolvimento local são dinamizados e compartilhados no centro das relações estabelecidas (DE FREITAS e DE FREITAS, 2015).

A interação das redes sociais não são, no entanto, garantias de eficiência no desenvolvimento ou mesmo a solução para o desenvolvimento econômico, é necessário que ela apresenta algumas características que lhe proporcione uma vantagem competitiva diante do cenário econômico.

2.2 Rede Solidária e o Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido o centro de muitas discussões principalmente a partir dos anos 1980 com a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) e a edição do relatório de Brundtland que conceituou o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (WCED, 1987).

A definição de desenvolvimento sustentável aponta para uma ponderação entre as gerações, presente e futura, e preconiza a necessidade de adequações econômicas e uso adequado dos recursos naturais, propondo uma harmonização dos objetivos de desenvolvimento a curto e longo prazo. O foco do desenvolvimento sustentável é que tipo de



desenvolvimento se pretende, em contraposição a simples expansão econômica (WCED, 1987).

A concepção de desenvolvimento sustentável alia desenvolvimento econômico, social e ambiental (ELKINGTON, 2004). Para Nascimento (2012) a primeira dimensão da sustentabilidade é ambiental que supõe um modelo de consumo e produção compatível com o meio natural; a segunda dimensão é a econômica que supõe processos de produção e consumo mais eficientes com a crescente economia dos recursos naturais e a terceira dimensão é a social que supõe que todos tenham o mínimo necessário para uma vida digna. No entanto, apesar destas dimensões serem as mais recorrentes há discordâncias quanto a estas conceituações, já que alguns autores consideram dimensões políticas, éticas, culturais entre outras (NASCIMENTO, 2012).

Apesar de não haver uma única definição, Klink (2001) reitera que o termo sustentabilidade engloba o crescimento e desenvolvimento econômico com a conservação ambiental. Logo, as três dimensões podem ser analisadas a partir de três grandes objetivos: a eficiência econômica, igualdade social e a integridade ambiental. Tais objetivos corroboram para as premissas do desenvolvimento sustentável e estratégico das organizações (Sachs, 1993, 2002).

A propagação do conceito de desenvolvimento sustentável trouxe para as organizações a reflexão sobre os impactos sociais e ambientais oriundos de sua atividade, retornando para uma visão mais individual e microeconômico (Hall et al, 2010). O novo paradigma para o desenvolvimento sustentável requer construir consensos e superar impasses ambientais. A ideia do desenvolvimento sustentável elucida novos valores e princípios e propicia a construção de novos paradigmas que norteiam ações e práticas coletivas.

Em outras palavras, Andion (2003) relata que o conceito de desenvolvimento vem sendo redefinido e a reestruturação de suas bases vem acompanhado da crescente atuação das redes locais como agentes promotoras do desenvolvimento sustentável. Tais relações são apontadas como a própria substância do espaço local, podendo ser determinantes para a dinâmica do desenvolvimento de região. A compreensão do funcionamento das redes, enquanto estratégia de ação coletiva pode ser vista como agente de transformação social de um determinado local (ANDION, 2003).

Nessa acepção, o desenvolvimento de determinada região ou nação deve-se a forma como este organiza sua estrutura produtiva em forma de redes, principalmente quando a cooperação entre os agentes é capaz de causar impacto na economia e conseqüentemente no desenvolvimento local (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Nesse viés, quando os agentes



se organizam em forma de rede solidária, o objetivo passa a ser atender as demandas da população em prol de melhorias nas condições de vida a partir da interação entre os diversos atores sociais (MANCE, 2000). Novos paradigmas são traçados como novos modelos de produção, consumo e convivência.

Para Mance (2000) os objetivos de uma rede solidária consistem na agregação de renda para pessoas que se encontram desfavorecidas. Para tanto, as ações de uma rede solidária primam pela melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos, proteção do meio ambiente, integração em grupo e interação de outros agentes na mesma organização-rede (MANCE, 2000).

De acordo com Singer (2004), o desenvolvimento é um processo de incentivo para novas forças produtivas e novas relações de produção, visando um crescimento sustentável e econômico, que preserve os recursos naturais e compartilhe esses resultados. A prática do desenvolvimento se fortalece e se validam a partir de atividades da sociedade civil que se articulam em prol de novas alternativas para o desenvolvimento, tais como as associações, cooperativas, redes de movimentos sociais, redes solidárias entre outros.

A rede solidária é uma alternativa a dispersão e a fragmentação enfrentado pelos agricultores que se reorganizam para criar estratégias de luta, tanto no plano social quanto na esfera horizontal do desenvolvimento sustentável. Tal reorganização supre a lacuna deixada pelo Estado pela ausência de políticas públicas em prol do desenvolvimento local e na melhoria das condições de vida dos diversos atores envolvidos.

De acordo com a Carta de Princípios da Economia Solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o conceito de:

A economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (Carta de Princípios da economia solidária).

A economia solidária parte de uma perspectiva que propõe a inovação e criação de novas formas de mercado, a socialização da produção de conhecimento e igualdade de direitos (SINGER, 2008). Sob esta óptica, a rede de economia solidária e o desenvolvimento sustentável visam a melhoria da sociedade, mas apresentam concepções difíceis de serem materializadas dado seus ideais sociais, econômicos e ambientais. Ambas necessitam de um processo de transição significativo para ganhar forma e se estabelecer no cotidiano.

Com base na Carta de Princípio da Economia Solidária realizado durante o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e na Agenda 21 construída durante a realização da Eco -92,



é possível traçar alguns princípios que norteia Economia solidária e desenvolvimento sustentável.

Tabela 1- Princípio de economia solidária e desenvolvimento sustentável

Economia Solidária	Desenvolvimento Sustentável
Instrumento de combate à exclusão social e a pobreza	Capacitação dos pobres para a obtenção de meios de subsistência sustentáveis
Apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda	Visa a geração de trabalho e renda para diminuição da pobreza
Visa como eficiência social, à qualidade de vida e da felicidade de seus membros	Proteção e promoção das condições da saúde humana e melhoria na qualidade de vida
O modelo busca uma relação de intercambio respeitosa com a natureza	Este desenvolvimento busca uma interação das dimensões ambientais e econômicas
Busca outra qualidade de vida e de consumo	Promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais
Busca a satisfação direta das necessidades de todos	Atender as necessidades básicas da humanidade

Fonte: Oliveira (2015)

Os princípios não são iguais, mas complementares e ressaltam o tripé da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. Singer (2004) acentua que o desenvolvimento por meio da economia solidária proporciona atividades que visam o respeito ao meio ambiente e condutas igualitárias, por meio de propósitos sociais. Sachs (2004), no entanto evidencia que o verdadeiro desenvolvimento deve ser “includente e sustentável” e ressalta o caráter solidário do desenvolvimento sustentável em prever a atuação da geração atual em prol das gerações futuras. Tais princípios refletem o sentido de uma rede, vista como uma estratégia de ação coletiva em prol de processo de transformação social (SCHERER-WARREN, 1999). Neste contexto, as redes solidárias se destacam como elementos importantes na promoção do desenvolvimento sustentável.



3. Metodologia

A metodologia adotada para realização do estudo é de natureza qualitativa que segundo Creswell (2010) baseia-se na subjetividade onde os indivíduos buscam compreender um problema social a partir de dados coletados nos objetos pesquisados. Com característica exploratório-descritiva, a abordagem escolhida foi o estudo caso que segundo Yin (2001), tem como objetivo principal de estudo, analisar intensivamente uma dada unidade social, aprofundando a descrição de um determinado fenômeno. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Para pesquisa documental foi definido o Centro de Tecnologia Alternativa – CTA, associação localizada no Oeste de Mato Grosso para a coleta de dados, sendo observado os documentos que representem a trajetória de existência do Centro de Tecnologia Alternativa e relatório gestão dos anos 2015 e 2016. As atividades de coleta de dados na organização ocorreram durante os meses de maio e junho de 2017 na sede administrativa do CTA localizada no município de Pontes e Lacerda- MT durante a realização de suas reuniões mensais.

Para responder as indagações iniciais, realizada uma análise dedutiva para explicar os dados coletados na pesquisa de acordo com as proposições teóricas levantadas (SAUNDERS, 2012). Para tanto, as ações a serem observadas nos documentos terá como norte as três perspectivas do desenvolvimento sustentável: perspectiva econômica, social e ambiental.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados inicia pela identificação da rede, apontando suas características, suas formas de atuação e seus elos de interação. Em seguinte apresenta-se os resultados das ações desenvolvidas pelo Centro de Tecnologia Alternativa e análise a fim de verificar se atividades contribuem para desenvolvimento considerando as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

4.1. A Rede Solidária: Centro de Tecnologia Alternativa

O Centro de Tecnologia Alternativa-CTA foi constituído no ano de 1992 como instrumento de promoção da agricultura familiar na região do Vale do Guaporé, município de Pontes e Lacerda, no estado de Mato Grosso. A sua instituição iniciou a partir da criação de um movimento de união dos lavradores da região, motivados inicialmente por uma alternativa de modelo econômico não excludente e em prol de um compromisso em defesa de uma

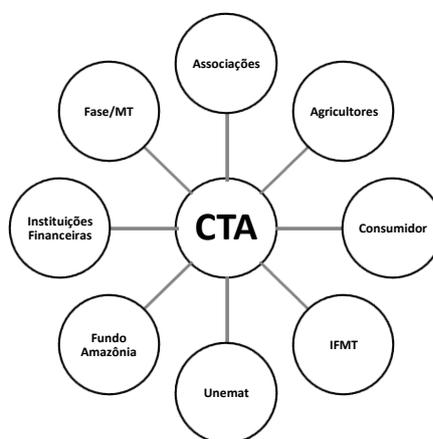
produção diversificada e economicamente inclusiva. Desde que os trabalhos foram iniciados, o CTA tem buscado a adaptação de tecnologias e soluções de problemas para a melhoria da produção dos agricultores familiares da região.

Em 2008, o centro se credenciou junto ao CONDRAF e ao CEDRSS e se tornou uma instituição prestadora de serviços de assistência técnica e extensão rural, ampliando sua atuação junto aos pequenos agricultores e as associações. Sua sede está situada no município de Pontes e Lacerda-MT, mas o CTA atua em toda a região sudoeste do estado de Mato Grosso e atende cerca de 1200 famílias com prestação de serviços de assistência técnica, fomento à produção agroecológica e fomento à economia solidária.

Pelas atividades desenvolvidas no Centro de Tecnologia Alternativo, o mesmo é caracterizado como rede social com princípios de economia solidária cujas ações visam promover o desenvolvimento regional por meio da participação e cooperação dos membros envolvidos num processo considerado como endogeneização, ou seja, a promoção do desenvolvimento a partir das ações locais dos atores envolvidos (BARQUERO, 2001).

De acordo com a ata de constituição da associação e o relatório de gestão, verificou-se que a rede é formada por agricultores, associações de agricultores, técnicos de reconhecido compromisso na área, instituições governamentais e não governamentais, instituições financeiras e empresas. A associação atua como centro de assistência técnica ao agricultor levando informação e conhecimento, promovendo ações de representação e articulação regional, promovendo ações de desenvolvimento de renda e acesso ao mercado, fomento à produção e diversificação (CTA/MT).

Figura 2 – Elos de interação



Fonte: elaborado pelo autor

Dessa forma, a associação se caracteriza como uma rede social simétrica pela inexistência de um poder centralizador e atuação de todos os participantes (Grandori e Soda, *X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva* 15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



1995). Nem todos os elos são associados formalmente no Centro de Tecnologia Alternativa, alguns elos são formados a partir da convivência e atuação dos diversos atores econômicos com objetivos semelhantes, onde há a troca de informação e experiência com a livre participação (MARCON E MOINET, 2000; BALESTRIN E VERSHORE, 2008). Os membros associados podem participar da diretoria e dos conselhos deliberativos. Sob a ótica da cooperação, a mesma é caracterizada como rede de relações de cooperação horizontal onde agentes que oferecem produtos similares cooperam entre si.

Com 25 anos de atuação, sua missão propõe a atuação em três grandes princípios norteadores: a agroecologia, a participação social e democrática e a luta pela igualdade de gênero, igualdade racial e geração de renda (CTA/MT).

De acordo com seu estatuto de criação, o funcionamento e a gestão se caracterizam como espaço aberto a reflexão coletiva, sendo previsto no artigo 6º inciso I,

- I – Participar com voz ativa dos debates e deliberações da Assembleia geral
- II – Eleger a diretoria e o Conselho Fiscal;
- III – Concorrer em eleições, a cargos de direção ou fiscalização;
- IV – Exigir transparência nas contas e na administração da entidade;
- V – Propor novos sócios;
- VI – Escolher os membros do conselho Consultivo.

A estrutura hierárquica representa o caráter aberto e dialógico da organização, demonstrando sua abertura para a reflexão coletiva em prol do desenvolvimento sustentável. As decisões são tomadas em assembleias que se reúnem mensalmente e deliberam sobre as ações e investimentos a serem realizados. O controle é distribuído a todos os membros participantes, que apesar de haver a centralidade da rede em relação as ações e atuação, não há centralidade de poder no tange ao controle e a hierarquia. Dessa forma, a comunicação flui do centro para as extremidades e vice-versa (CTA/MT).

Isso reflete também a abertura para o ambiente externo através das conexões com outros setores da região como redes de supermercados, armazéns e feiras para a comercialização dos produtos. As parcerias são apontadas nos documentos institucionais como fundamentais para o desenvolvimento das atividades. Os documentos analisados destacam as instituições de ensino como a Universidade do Estado de Mato Grosso e o Instituto Federal de Mato Grosso, além de parcerias com outros órgãos públicos como a Prefeitura Municipal por meio das secretarias de agricultura, Senar e instituições financeiras.

4.2. Desenvolvimento de Ações a partir das Perspectiva: Ambiental, Social e Econômica



A efetividade na promoção do desenvolvimento local se dá a medida que é possível promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de maneira sustentável. A dimensão econômica visa processos de produção mais eficientes e em consonância com os recursos naturais, de forma a utilizar a capacidade de produção endógena para gerar trabalho e renda para fortalecer a economia e integrar as famílias agricultoras. A dimensão social visa a participação dos atores nas diversas estruturas de poder em prol da inserção social e na busca para que todos tenham o necessário para uma vida digna. Por fim, a dimensão ambiental considera os princípios de sustentabilidade como meio para desenvolvimento, a partir de um modelo de consumo e produção adequado com os recursos naturais. Neste sentido, foi observado as seguintes atividades.

Ações econômicas: Sob esse viés econômico, ressalta-se o trabalho realizado no levantamento produtivo da região e no fomento do mesmo. A abertura de mercado para comercialização dos produtos e a infraestrutura oferecida para transformação e a venda dos produtos mantem o agricultor no seu local.

A dimensão econômica se torna possível através do gerenciamento e alocação eficiente de recursos (SACHS, 2000), proporcionando uma vantagem competitiva em termo macrossociais, onde todos se beneficiam de suas ações. Nesse sentido, verifica-se o desenvolvimento de projetos que visam o incremento econômico na renda das famílias vinculadas a associação. Entre esses projetos, destaca a construção da agroindústria para beneficiamento de polpa de frutas produzidas pelos agricultores. Por meio do Projeto Semeando Amazônia Sustentável foi adquirido um veículo que auxilia na logística de escoamento da produção da agroindústria.

As parcerias firmadas com redes de supermercados e promoção de feiras livres em outras áreas da cidade em dias alternativos fortaleceram a produção a medida que houve um aumento na demanda e conseqüentemente maior poder econômico para o produtor.

A instituição desenvolveu também no ano de 2016 diversas ações de fomento a pecuária leiteira, promovendo pesquisas, acionando tecnologias e incentivando produtores. Além dessa ação, a assistência técnica para promover a diversidade da produção com incentivo e assistência a agricultura familiar na produção de mel, psicultura, avicultura, suinocultura e ovinocultura, visando aumentar o poder de comercialização das famílias atendidas.

O Projeto Quintais Produtivos iniciado no ano de 2015 e desenvolvido ao longo do ano de 2016 visa estimular mulheres agricultoras a produzir legumes, hortaliças e frutas em pequenas áreas, dentro dos próprios quintais de residência.



Ações sociais: No que concerne a promoção social, Sachs (2000) entende como um processo de criação de desenvolvimento sustentável numa visão de equidades na distribuição de renda e de bens, reduzindo as desigualdades sociais. Tal perspectiva se traduz na missão da associação que visa “diminuir os problemas sociais e ambientais causados pelas formas habituais do processo produtivo”. Isso se concretiza a medida que a associação é capaz de transmitir conhecimento, firmar parcerias e melhorar as condições de vida dos membros associados. De acordo com relatório de prestação de contas (2016), as parcerias firmadas com as instituições de ensino da região como a Unemat através do curso de zootecnia e com o IFMT com o curso de Controle Ambiental e Administração, tem proporcionado aos agricultores o aperfeiçoamento das técnicas de produção, manejo e transformação.

As atividades de apoio a agroindústria de transformação da produção, além do fomento a pesquisa e capacitação dos agricultores para aumentar a produção.

Ações Ambientais: De acordo com o relatório de prestação de contas, no ano de 2016 foram executadas diversas atividades como Projeto Ater e Projeto Semeando ambos financiados pelo Fundo da Amazônia. Tais projetos se consolidaram com a construção de três viveiros comunitário para a produção e distribuição de mudas aos pequenos produtores. Os viveiros possuem capacidade de produzir mudas o ano inteiro e multiplicar espécies variadas.

Os aspectos que visam a promoção ambiental estão relacionamentos com o apoio e fortalecimento da produção agroecológica, assim como discorre Sachs (2000) sobre o ecodesenvolvimento. A preservação ambiental, a disponibilidade de espécies florestais, a preservação das reservas florestais e a manutenção do sitio agroecológico são atividades desenvolvidas pela associação com vista a promover o aspecto ambiental e atingir seus objetivos.

Entre os princípios que norteiam os objetivos do Centro de Tecnologia Alternativa, está a defesa de uma produção agroecológica nos projetos empreendidos, apoiados, executados e desenvolvidos pelo CTA, que têm buscado sempre o “caminho da diversificação da produção, com a exploração sustentável dos recursos naturais tendo como fim o fortalecimento da agricultura familiar” (CTA, 2017).

Destaca-se nos documentos analisados a implantação de Sistemas Agroflorestais-SAFs por meio de consórcios, preservação e restauração de áreas degradadas. O apoio aos grupos de agricultores destaca-se a implementação de projetos de apoio de diversificação da produção da agricultura familiar e abertura de mercados com parcerias para a distribuição e comercialização da produção. Isso nos remete a promoção econômica, cujo objetivo é emancipar o agricultor de forma que o mesmo possa prosperar no local em que está. A medida



que há o desenvolvimento econômico dos associados a associação também avança num processo de alimentação e retroalimentação.

Alinhando a perspectiva social e ambiental, foi realizado a construção de biodigestores nas comunidades onde o Centro de Tecnologia Alternativa atua. A inserção dessa tecnologia vem sendo utilizada como forma de fortalecimento da Agricultura Familiar, no fortalecimento da produção agroecológica e na geração de recursos internos, otimizando assim a geração de renda. Os biodigestores são “construídos em unidades produtivas (propriedades) escolhidas pela comunidade e com base em critérios que considerem a aptidão da família e a existência de matéria prima para a produção de gás” (CTA, 2017). Todos os biodigestores foram construídos por meios de mutirões e ficam como unidades demonstrativas nas comunidades.

5. Considerações Finais

A partir da utilização do referencial de redes foi possível observar como acontecem os processos de interação e promoção do desenvolvimento regional sustentável. A articulação entre agricultura e ocupação de território, reflete num processo de transição dos padrões de organização, produção e consumo existente, para um cenário que seja sustentável a longo prazo. A articulação dos diversos atores em redes horizontais leva a um curso de co-evolução na construção de sustentabilidade territorial.

A análise do caso do Centro de Tecnologia Alternativa objeto desta pesquisa emerge de um transcurso contínuo de construção histórica cercado de experiências que podem ser consideradas bem sucedidas, apesar das séries de desafios a serem enfrentados.

Suas atividades abrangem articulação de políticas para fortalecimento da agroecologia, realização de parcerias com instituições e movimentos que compartilham dos mesmos princípios, formação, capacitação e troca de experiência entre os membros, realização de feiras e encontros, enfim apoio a todos os agentes da base de forma integrada e participativa.

Enquanto construção social, a rede está em contínua construção, com muitas possibilidades a serem consideradas em sua base associativista. A análise sobre desenvolvimento sustentável no que tange as regiões rurais, desafiam pesquisadores dado a multiplicidade de conceitos envolvidos na temática. No caso deste estudo, a utilização da noção de redes possibilitou verificar aos processos locais de interação dos agentes sociais que estão na base da construção de estratégias alternativas de promoção sócio econômica e sustentabilidade na perspectiva do desenvolvimento endógeno.



A partir do caso analisado pode-se inferir que o fortalecimento de redes horizontais contribui para o desenvolvimento sustentável local, no entanto a presença de políticas públicas é pouco citada nos documentos analisados, o que poderia agregar valor as redes e ao território, caso houvesse.

As ações desenvolvidas pelo Centro de Tecnologia de Alternativa beneficiam diretamente os produtores envolvidos no processo, promovendo a emancipação social, econômica e ambiental a esses atores. Observa-se em todas as ações apresentadas que o CTA é apenas um meio de fomento do desenvolvimento local e dos agricultores. A sua organização e interação em rede facilita o acesso a recursos tecnológicos e financeiros que agregam valor a produção local.

O princípio de participação social garante a democracia e a articulação de todos os atores envolvidos e isso se reflete na forma como as ações são desenvolvidas, nas capacitações e na conscientização do público em geral.

Percebe-se que o processo de desenvolvimento está intimamente ligado ao protagonismo local. A ideia de participação dá ao cidadão condições de igualdade e processo de distribuição justo, tendo como estratégia o alcance dos objetivos coletivos. A construção participativa constrói modelos coletivos de solução dos problemas com o envolvimento de todos os atores.

Referências Bibliográficas

AGENDA 21. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>
Acesso em: 01 fev.2015.

AMATO, Neto J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia Maria. **A Dimensão Estratégica das Redes Horizontais de PMEs: Teorizações e Evidências**. RAC, Edição Especial, 2004.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge. **Redes de cooperação empresarial: Estratégias de gestão na nova economia**. Bookman, 2008.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity: The Information Age: economy, society and culture**. Volume II, Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA – CTA/MT. **Estatuto da associação do centro de tecnologia alternativa**. Disponível em <http://www.ctamt.org.br/>. Acessado em 19/05/2017



CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA – CTA/MT. **Relatório Prestação de Contas 2016**. Disponível em <http://www.ctamt.org.br/>. Acessado em 19/05/2017

COSTA, Larissa et al. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Booking:Artimed, 2010.

DE FREITAS, Alair Ferreira; DE FREITAS, Alan Ferreira. **Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local**. Interações (Campo Grande), v. 14, n. 2, 2015.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro**. 2ª edição revista e ampliada, São Paulo, Paz e Terra: 2000.

ELKINGTON, John. **Enter the triple bottom line. The triple bottom line: Does it all add up**, v. 11, n. 12, p. 1-16, 2004.

ERNST, D., **Inter-firm Networks and Market Structure: Driving Forces, Barriers and Patterns of Control**, CA: University of California, 1994

FOMBRUN, Charles J. **Three pillars of corporate citizenship: Ethics, social benefit, profitability**. Corporate global citizenship: Doing business in the public eye, p. 27-42, 1997.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **CARTA DE PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1 Acesso em: 02.mai.2017.

FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. **Economia Solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

GRANDORI, A.; SODA, G. **Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms**. Organization Studies, 1995.

GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure: The problem of embeddedness**. American journal of sociology, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, M. **Business Groups**. N. Smelser, R Swedberg (Der.). Handbook of Economic Sociology: 453-475. Princeton, NJ: Priceton University Pres. 1994.

GRANOVETTER, M. **Acção económica e estrutura social: o problema da incrustação**. In: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Orgs.) A nova sociologia económica: uma antologia. Oeires, Portugal: Celta Editora, 2003. p.69-102.

HALL, J. K., DANEKE, G.A e LENOX, M. J. **Sustainable development and entrepreneurship: past contributions and future directions**. Journal of Business Venturing, 25 (5), p. 439-448, 2010. Doi 10.1016/j.jbusvent.2010.01.002

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.



KESSLER, Cristiano Keller. **Politizando o conceito de rede de economia solidária: uma análise das relações À luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu**, 2008

KLINK, Jeroen. **A Cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A: 2001

KUNZLER, Lauri Luiz. **Cooperação Alternativa como Estratégia de Viabilização da Agricultura Familiar: O Caso da Cooperativa Central Sabor Colonial**. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO. Ed. Unijuí, ano 15, n. 39, abr./jun., 2017.

KRUGMAN, P. **The Role of Geography in Development**. Annual World Bank Conference on Development Economics. Washington: The World Bank, 1998.

MANCE, E. A. **Consumo Solidário**. In: CATTANI, A. D. (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editoresp. 44-49. 2000.

MANCE, Euclides. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

MARCON, M.; MOINET, N. **La stratégie-réseau**. Paris: Éditions Zéro Heure, 2000.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

OLIVEIRA, Evandro de. **Desenvolvimento sustentável e economia solidária: uma conexão necessária**. Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade. Ano V, Nº 11, setembro de 2015.

Polanyi, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Organizadora: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SAUNDERS, Mark.; LEWIS, Philip.; THORNHILL, Adrian. **Research Methods for Business Students**. 6 ed. Essex, England: Pearson, 2012. Disponível em: < <http://www.abcdebook.com/product/research-methods-for-business-students-6th-edition/> >.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais e participação. Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, p. 41-56, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização**. Sociedade e Estado, v. 11, n. 1, p. 139-49, 1996.



SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. Hucitec, 1999.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos avançados, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004.

SINGER, P. **Entrevista**. 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>> Acesso em: 02 fev.2015.

SINGER, P. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento solidário**. 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851>> Acesso em: 01 fev.2015.

WCED. World **Comission on Environment and Development. Our Commom Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WEBER, Max. **Relações comunitárias étnicas**. Economia e sociedade, v. 1, p. 267-277, 1991.